



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

4 de julho de 2019

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso				
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias				
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			Outros	<i>Wladimir Machado</i>
DATA	<i>04/07/2019</i>	PÁG.	<i>08</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Suicídios e prevenção

O Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos do Ministério Público do Maranhão promoveu reunião, na manhã desta terça-feira, 2, no auditório das Promotorias de Justiça da Capital, para recolher propostas de entidades e instituições que compõem o Fórum de Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida com o intuito de fundamentar a Política Estadual de Prevenção ao Suicídio. A ideia é apresentar, em breve, ao Governo do Estado projeto de lei para a implementação do Plano Estadual, tendo como base a Lei Federal nº 13.819/2019.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	6		

Imperatriz

MP aciona União, Estado e Município por risco de paralisação de cirurgias e serviços de urgência

O Ministério Público do Maranhão propôs Ação Civil Pública na terça-feira, 2, perante a Justiça Federal, contra a União, o Estado do Maranhão e o Município, por conta do risco de paralisação das cirurgias e demais serviços de urgência e emergência em Imperatriz. A ação foi protocolada pela 5ª Promotoria de Justiça Especializada em Defesa da Saúde de Imperatriz, pedindo que a Justiça obrigue os requeridos a manterem a regular oferta dos serviços, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 5 mil, além de responsabilização penal e por improbidade administrativa. O MPMA vem tentando mediar a solução de forma extrajudicial desde o início de junho, buscando de todas as formas um acordo entre Município e a empresa prestadora dos serviços de saúde. No entanto, o ente municipal, até o momento, não comprovou a tomada de medidas para eliminar o risco de paralisação dos serviços. No dia 4 de junho, o Ministério Público do Maranhão se reuniu com a administração

municipal e a Clínica Cirúrgica de Imperatriz, prestadora de serviços de saúde, em razão da existência de riscos de suspensão das cirurgias e dos demais serviços de urgência e emergência prestados pela empresa no Hospital Municipal de Imperatriz (HMI). A empresa comunicou ao Ministério Público que a Prefeitura de Imperatriz não estaria repassando os valores referentes ao pagamento dos serviços, além de notificar a falta de condições de trabalho dos profissionais de saúde.

ACORDO EXTRAJUDICIAL

Após diversas tentativas de mediação pelo titular da Promotoria de Justiça da Saúde em audiência extrajudicial, a empresa prestadora do serviço de urgência e emergência declarou que, diante da situação, não possuía interesse em prosseguir ofertando os serviços para o Município. No entanto, concordou em continuar realizando as cirurgias e prestando serviços de urgência e emergência pelo prazo de 40 dias para que a Prefeitura

regularizasse a situação ou contratasse outra empresa para dar continuidade aos trabalhos. O Município, por sua vez, se comprometeu perante o Ministério Público a garantir a plena continuidade dos atendimentos, seja por meio de novas contratações ou de novo consenso com a empresa atual, buscando a conciliação e continuidade da execução do contrato já celebrado.

ACORDO NÃO CUMPRIDO

Decorridos mais de 10 dias desde a realização daquela audiência extrajudicial, o Município ainda não havia apresentado ao MPMA quaisquer documentos que demonstrassem a comprovação da efetiva tomada de providências para a resolução da situação relativa às cirurgias e demais serviços de urgência e emergência, no Hospital Municipal de Imperatriz. Por este motivo, ainda no dia 18 de junho, o MPMA solicitou novas informações ao Município e à empresa prestadora do serviço para que se posicionassem sobre a atual

situação e se manifestassem acerca da possível resolução do problema.

A empresa então informou que cumpriria com o acordado na audiência extrajudicial, afirmando que, após os 40 dias, não mais prestaria os serviços médicos de urgência e emergência no Hospital Municipal de Imperatriz caso não houvesse o cumprimento das obrigações contratuais perante municipal.

O promotor Newton de Barros Bello Neto ressalta que a Prefeitura não respondeu à última solicitação, apesar do prazo de 48 horas assinalado para a resposta, e, por esse motivo, no dia 27 de junho, entregou novo ofício à administração municipal, reiterando a necessidade de imediata resposta pelo Município.

Apesar da nova solicitação, a Promotoria de Justiça ainda não recebeu nenhuma comprovação de providências para efetivar a resolução do problema referente ao risco de suspensão da oferta das cirurgias e demais serviços de urgência e emergência.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
JORNAL PEQUENO				
EDITORIA				
Economia				
DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	4	

Lei Geral

O Ministério Público poderá ser o grande parceiro do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão (Sebrae) para desenvolvimento de uma ação voltada para o cumprimento, pelas gestões municipais, do Estatuto da Micro e Pequena Empresa, também conhecido como Lei Geral. Minuta para um Termo de Cooperação Técnica neste sentido foi entregue, segunda-feira (1º) ao procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho Martins, pelo presidente do Conselho Deliberativo do órgão, Raimundo Coelho.

Chega nesta quinta-feira (04) a Alcântara uma comissão de deputados da Câmara Federal, que até amanhã (05) estará levantando os possíveis impactos do acordo entre Brasil e Estados Unidos para exploração da Base de Lançamentos nas comunidades quilombolas do município.



DIVULGAÇÃO

No encontro em que foi entregue ao MP minuta do Termo de Cooperação Técnica para garantir o cumprimento da Lei Geral, o procurador de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, e o presidente do Sebrae, Raimundo Coelho, ladeados pelo diretor superintendente do órgão de fomento, Albertino Leal (E) e o subprocurador Francisco Barros de Sousa



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Caderno 2

DATA

04 / 07 / 2019

PÁG.

1

Espontânea

Positiva

Grande São Luís registra 123 casos de suicídio em maio de 2019, diz CVV

Assunto foi debatido na reunião do Fórum de Prevenção ao Suicídio, realizada pelo Ministério Público

O MPMA, junto às entidades competentes, está elaborando um projeto de lei estadual, espelhado na federal nº 13.819

LUCIENE VIEIRA

A região metropolitana de São Luís registrou 123 mortes por suicídio no mês de maio deste ano, o equivalente a mais de quatro casos por dia. A informação foi repassada pela coordenadora do Centro de Valorização da Vida (CVV), Melissa Claudino, durante mais uma reunião do Fórum de Prevenção ao Suicídio, realizada no auditório das Promotorias de Justiça da Capital, no Calhau, na terça-feira (2), pelo Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (Caop-DH). Melissa Claudino estima que o número real de casos seja ainda maior, devido à falta de notificação nos registros. Quando o corpo do suicida é levado para o Instituto Médico Legal (IML), segundo a coordenadora do CVV, familiares dizem que a causa da morte foi acidental, logo, os casos são classificados como de intenção não determinada, e devido a isso, pelos registros oficiais, acaba por não ser os órgãos competentes ficam sabendo se foi um acidente ou uma tentativa de suicídio que levou à morte. A maior questão, conforme o Centro de Valorização da Vida, é que a família do suicida tem vergonha e um enorme tabu em contar a verdade. E, segundo Melissa, nenhuma investigação costuma ser feita pelos agentes do IML, ou pela Polícia Civil. "Procuram-nos (os familiares) por quererem um apoio, saber como podem proceder, e por não quererem o envolvimento da polícia, com receio de que o caso se torne público", disse Melissa Claudino. Sobre as estatísticas referentes ao mês passado, o CVV disse que o levantamento ficará pronto apenas na próxima quarta-feira (10). O CVV existe no Brasil desde 1962, mas somente foi implantando em São Luís no ano de 2018. O Centro funciona em salas emprestadas no prédio do Corpo de

Bombeiros, localizado na Avenida Kennedy, ao lado do Parque Bom Menino, Centro. Para maiores informações de como o CVV funciona, o canal de atendimento é feito pelo telefone 188.

PROJETO DE LEI ESTADUAL

Ainda na terça-feira (2), foi realizada mais uma reunião do fórum permanente de Prevenção ao Suicídio (o fórum existe desde dezembro 2017 e já aconteceram mais de dez reuniões de lá para cá) do Caop-DH. Nesse último encontro, o qual o *Jornal Pequeno* acompanhou, a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, promotora Cristiane Lago, informou que foram feitas contribuições de várias pessoas e órgãos, incluindo Polícia Civil, Vigilância Sanitária, o próprio CVV, o psiquiatra Ruy Palhano, e representantes da Secretaria de Estado de Saúde (SES). Tais contribuições, conforme Cristiane Lago, serão encaminhadas ao governador Flávio Dino, como forma de projeto de lei estadual, para que ele encaminhe à Assembleia Legislativa do Maranhão. "Estamos elaborando um projeto de lei de combate ao suicídio, a partir da lei federal 13.819, de 26 de abril de 2019. Queremos estatísticas, que os casos sejam notificados, que a Polícia se preocupe em 'colocar informações mais precisas em inquéritos de mortes por suicídio. Tudo isso é muito importante", informou a promotora. A lei citada pela promotora é de autoria do atual ministro da Cidadania, Osmar Terra, e foi levada ao Congresso em 2018, aprovada em março deste ano, e entrou em vigor um mês depois. De acordo com o Caop-DH, ainda não há data oficial para que o projeto de lei estadual fique pronto e seja entregue ao Flávio Dino. Outras reuniões devem ser realizadas sobre este assunto ainda este ano, conforme o Centro.



FOTOS: GILSON FERREIRA



Reunião do Fórum de Prevenção ao Suicídio tratou sobre casos ocorridos na Grande Ilha e a elaboração de uma lei estadual de combate aos suicídios

LEI NACIONAL

Pela lei nacional, que contém 11 artigos, escolas, hospitais, clínicas e postos de saúde podem ser obrigados a notificar as autoridades sanitárias de tentativa de suicídio e episódios de automutilação. A lei prevê

que, em episódios envolvendo menores, o Conselho Tutelar também seja informado. Todas as notificações são, segundo o documento, de caráter sigiloso. Para o psiquiatra Ruy Palhano, leis ajudam a legitimar e apoiar ações já existentes para a prevenção, como o Centro de Valorização da

Vida, e o desenvolvimento de políticas públicas no país, e no Maranhão. Entre 2011 e 2016, foram registrados no Brasil 10.996 notificações de violência autoprovocada com tentativa de suicídio em crianças e adolescentes (até 19 anos), de acordo com dados do

Ministério da Saúde. Na região metropolitana de São Luís, segundo o CVV, se destaca a faixa etária de 15 anos a 29 anos. Os motivos costumam ser dívidas financeiras, desemprego, decepção amorosa, depressão, vítimas de homofobia, e bullying na escola.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO				
EDITORIA				
Política				
DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	3	

Porto do Itaqui será vistoriado hoje por comissão da Câmara

Intervenção será coordenada pelo deputado Edilázio Júnior, autor de requerimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal, e terá participação da CGU e do TCU

RONALDO ROCHA
da editoria de Política

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal realizará hoje, a partir das 11h30, em São Luís, visita técnica nas instalações do Porto do Itaqui, gerenciado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap).

A intervenção será coordenada pelo deputado federal Edilázio Júnior (PSD), autor de requerimento aprovado por unanimidade pelo colegiado. Membros do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU) participarão da fiscalização.

O objetivo do colegiado com a vistoria, é apurar e discutir as possíveis ilegalidades ou irregularidades no porto. O pedido tomou por base

as denúncias de apropriação indevida de recursos do Porto do Itaqui pelo Governo do Estado e, consequentemente, o descumprimento daquilo que determina o Convênio de Delegação firmado junto ao Governo Federal, levantado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Ao todo, segundo o colegiado, a Antaq apontou o saque de R\$ 140 milhões das contas do Porto, pelo Executivo Estadual, ato considerado pela entidade como irregular e ilegal.

Edilázio afirmou que o colegiado atuará de forma isenta, junto aos órgãos de controle, para obter informações sobre os saques das contas do porto e o descumprimento do Convênio de Delegação.

“A informação que temos até o

momento, que são graves, é de que o Governo tem efetuado saques de recursos provenientes das receitas oriundas da exploração do Porto do Itaqui. Essa movimentação descumpra convênio entre a União e o Estado e é uma ameaça ao próprio porto. Vamos cobrar explicações e levantar dados”, disse o parlamentar.

No fim do ano passado, o diretor-geral da Antaq, Mário Povoa, encaminhou ofício à Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, para tratar do descumprimento do Convênio de Delegação n. 016/2000 - Estado do Maranhão que diz respeito ao gerenciamento do porto.

O documento de Mário Povoa informou que o Estado do Maranhão tem, de forma repetida e ilegal, descumprido as cláusulas do convênio

ao efetuar de forma “reiterada e sistemática” - mesmo após a emissão de resolução da Antaq, em 17 de outubro de 2018, determinando que a Emap se abstivesse de fazer novas transferências - saques de recursos acumulados das receitas do Porto do Itaqui.

A Antaq ingressou com ações na Justiça e pediu a suspensão imediata dos saques.

Após Edilázio ter ingressado com requerimento com pedido de realização de visita técnica no porto, o deputado do PCdoB, Márcio Jerry, obstruiu a votação e tentou impedir a intervenção da Câmara Federal.

Apesar disso, não obteve êxito e deixou a sessão do colegiado. A vistoria será realizada por parlamentares da bancada maranhense e de outros estados. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO					
EDITORIA					
Política Coluna Estado Maior					
DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	3		

Vistoria no porto

O governo estadual terá a oportunidade hoje de provar que a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) não cometeu qualquer tipo de irregularidade na gestão do Porto do Itaqui. Deputados federais da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados estarão no porto nesta tarde.

Além dos parlamentares, integram a vistoria fiscais do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria Geral da União (CGU). Se tudo estiver dentro das normas legais previstas nos termos de concessão administrativa, a Emap vai provar que as ações que tramitam na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) não têm sentido.

O problema é que é difícil imaginar que tudo está bem na gestão da Emap no Porto do Itaqui. Explica-se: quando o deputado Edilázio Júnior (PSD) apresentou o requerimento para que a comissão da Câmara fizesse uma auditoria no Porto, houve tentativa comunista para evitar a aprovação da vistoria.

Mas por qual motivo se quis evitar a visita técnica? O que os dados da empresa mostram e que a fiscalização poderá descobrir?

São questionamentos que devem ser respondidos hoje. E estes poderão livrar o governo de mais uma situação desconfortante ou confirmar o que a oposição vem afirmando há tempos: a Emap transferiu dinheiro para o governo, o que seria ilegal.

Base do governo na Câmara tentou barrar vistoria de deputados, TCU e CGU ao Porto do Itaqui



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO				
EDITORIA				
Política Coluna Estado Maior				
DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	3	

Ação civil

Sobre a transferência de dinheiro da Emap para o governo estadual, tramita na Justiça do Maranhão ação civil pública questionando este tipo de operação.

E essa ação foi o motivo pelo qual a Antaq iniciou investigações com processos administrativos contra a empresa.

A agência verifica se a Emap transferiu cerca de R\$ 140 milhões para a gestão estadual e se este dinheiro é oriundo do Porto do Itaqui.

Liminar

Por sinal, o governo do Maranhão conseguiu barrar por um tempo estes processos administrativos com liminar concedida pela Justiça Federal.

A liminar caiu com decisão de desembargador federal e os processos voltaram a tramitar.

Esta ação do governo na Justiça contra a Antaq é mais uma demonstração de que a Emap não está disposta a receber fiscalizações, vistorias ou investigações.

Esclarecimentos

O Tribunal de Justiça do Maranhão emitiu nota de esclarecimento garantindo que não houve uso do token de servidores do Judiciário para envio de representação do ex-delegado Tiago Bardal contra o desembargador Tyrone Silva.

Segundo o TJ, a representação foi enviada ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) via Correios, após passar pela Corregedoria de Justiça.

O uso do token do Tribunal de Justiça foi uma das declarações dadas por Bardal durante audiência na Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados na última terça-feira, 2.

Desqualificação

Ainda sobre a oitiva de Tiago Bardal e do delegado Ney Anderson Gaspar, a mídia ligada ao Palácio dos Leões passou todo o dia posterior aos depoimentos tentando minimizar a audiência.

E enquanto se tenta mostrar a ineficácia da audiência, a opinião pública, os deputados federais e o senador Roberto Rocha (PSDB) se movimentam para federalizar as investigações.

Roberto Rocha e Aluisio Mendes garantem que levarão o caso a Raquel Dodge, procuradora-Geral da República, para que o Ministério Público Federal entre no caso.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Política

DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	3
------	----------------	------	---

Denúncias contra Portela devem ser levadas a Dodge e Justiça Federal

Parlamentares que participaram da oitiva com Tiago Bardal e Ney Anderson asseguraram descobrimentos nas investigações contra Jefferson Portela

RONALDO ROCHA
11a edição de Política

As graves denúncias que pesam contra o secretário de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela (PCdoB), sustentadas pelos delegados de Polícia Civil Tiago Mattos Bardal e Ney Anderson da Silva Gaspar na oitiva realizada terça-feira pela Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal, serão levadas à procuradoria-geral da República, Raquel Dodge e à Justiça Federal.

É o que asseguram os deputados federais Aluisio Mendes (Podemos) - que presidiu a oitiva - e Edlázio Júnior (PSD), além do senador Roberto Rocha (PSDB), que, segundo os delegados, foi um dos possíveis alvos de espionagem da cúpula do SSP.

Aluisio afirmou, durante a oitiva, que pediu a Raquel Dodge abertura de investigação, com sustentação no relatório que será elaborado após a conclusão de todas as oitivas realizadas. Ele afirmou que outras oito pessoas devem prestar depoimentos ao colegiado.

"Quero dizer que já protocolarei um outro requerimento na Comissão de Segurança Pública, número 90/2019, pois que a comissão vá ao Maranhão, porque, além dos delegados Ney Anderson e Tiago Bardal, mais oito pessoas, incluindo integrantes do Sistema de Segurança Pública do estado, já se dispuseram a fazer depoimentos. E oferecereis o instrumento da delegação premiada, porque essas pessoas são hoje coagidas. Vamos acompanhados de membros do Ministério Público Federal", revelou.

O senador Roberto Rocha tam-



Aluisio Mendes, que presidiu a audiência, garante que Comissão vem ao Maranhão ouvir mais delegados

MAIS

OUTRO LADO

A O Estado, o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, afirmou que não houve nenhuma novidade na oitiva dos delegados Ney Anderson e Tiago Bardal. "Trata-se de acusações vazias proferidas por

bandidos que foram presos por ordem do Poder Judiciário. Por vingança contra a atuação firme do sistema de segurança, criaram versões mentirosas pra tentar escapar da atuação da lei", disse.

ben garantiu empenho no Senado para que o caso seja levado à Justiça Federal.

Citado pelo delegado Ney Anderson como um dos possíveis alvos de Portela - por meio de investigação clandestina -, o senador pediu as notas tapigráficas das oitivas, relatou preocupação com a gravidade do caso e assegurou empenho para que haja uma investigação isenta. "Levarei ao Plenário do Senado

as graves denúncias feitas por dois delegados da polícia do Maranhão, em oitiva na Câmara de Deputados, denunciando o uso de arapongagem feita pelo Secretário de Segurança do Maranhão", disse.

Ele afirmou que o Senado deve realizar audiências para apurar as graves denúncias. "Segundo a denúncia, a Secretaria de Segurança teria grampeado, sem ordem judicial, os telefones de desembarga-

dores, deputados e de senador, para uso exclusivamente político. Mobilizarei a Justiça Federal para que se investiguem essas acusações", completou.

Edlázio Júnior também destacou a oitiva dos delegados, ressaltou a consistência das denúncias e disse que pedirá a federalização do caso.

"Todos nós estávamos ansiosos sobre o depoimento dos delegados. E eles mostraram muita firmeza, foram contundentes. Foram nomes de operações, nomes de pessoas que foram investigadas, e cabe agora ao secretário de Segurança pedir voluntariamente a auditoria no Sistema Guardião ou aguardar o que vou fazer aqui na Câmara e no Senado, que é pedir a federalização das investigações, para que possamos saber quem está faltando com a verdade: são os delegados e ou se o secretário de Segurança Pública do estado do Maranhão", finalizou.

Tribunal nega uso de token de membros do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão se manifestou, por meio de nota, a um questionamento levantado pela Comissão de Segurança e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal, na ocasião da oitiva dos delegados Ney Anderson e Tiago Bardal sobre a possibilidade ou não de uso de token por membros do Poder Judiciário para que representação chegassem ao Con-

selho Nacional de Justiça (CNJ).

Na nota, o TJ rejeitou a possibilidade e assegurou que o Judiciário Estadual e seus membros jamais infringiram qualquer norma visando atentar contra a dignidade da Justiça. "L... é vicioso e escabroso que tal hipótese é totalmente descabida, não sendo plausíveis ilações sobre o uso indevido do dispositivo no âmbito do Poder

Judiciário do Maranhão".

De acordo com a nota, à época o delegado Tiago Bardal encaminhara à Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, em 11/10/2017, ofício acompanhado de petição inicial e anexos, solicitando providências junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A então corregedora-geral de Justiça do Maranhão, desembargadora Anídes Cruz, encaminhou o expediente e seus anexos à presidência do TJ, que enviou pelos Correios a representação ao CNJ.

"A correspondência foi recebida no Conselho Nacional de Justiça em 27/10/2017, às 11:59 horas, conforme protocolo nº 14566. Na data de 10/11/2017, o então Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça determinou a atuação e distribuição da RD para processamento. Cumpre destacar que não houve em nenhum momento encaminhamento, atuação ou cadastro do referido expediente, através do token de magistrado do senador, do Tribunal de Justiça do Maranhão", explicou a nota. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

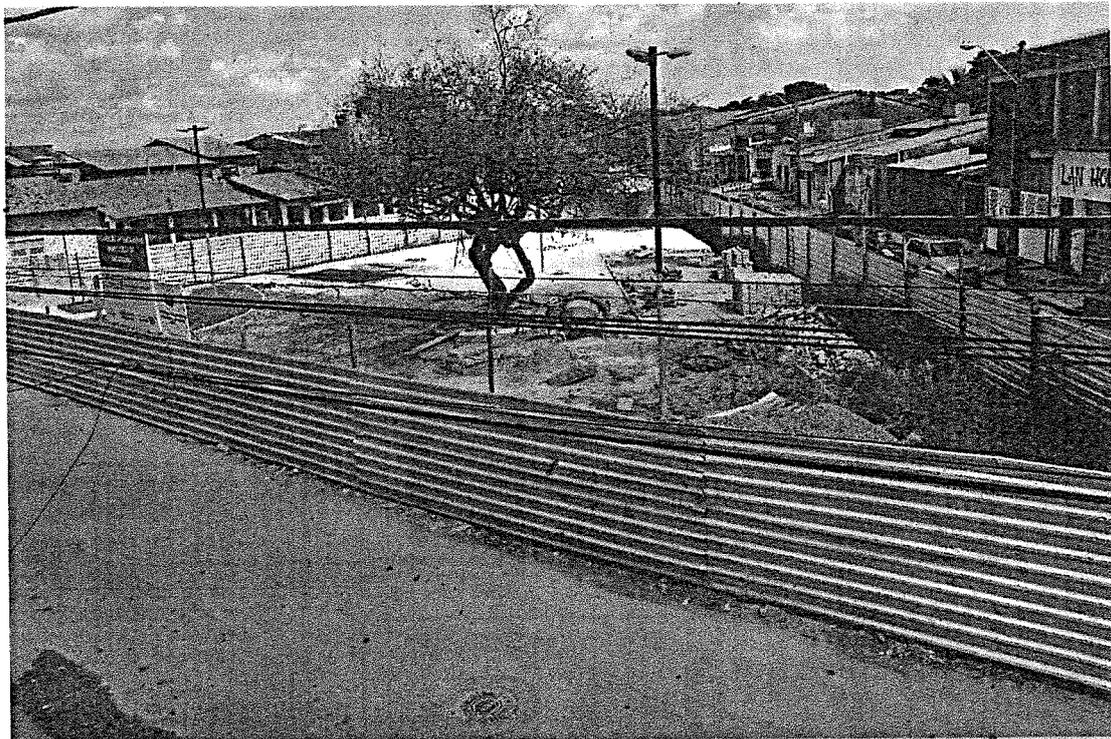
VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Geral			
DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	9

No Coroado Orçada em mais de R\$ 265 mil, obra da Praça do Mururu está parada há um mês

LUCIENE VIEIRA

A obra da Praça do Mururu, localizada entre as ruas Cerro Cora e do Arroz, no bairro do Coroado, completou um mês de atraso. A praça começou a ser construída no início deste ano, e na manhã de ontem (3) não havia operários no local. A ordem de serviço foi assinada no dia 26 de fevereiro pelo governo do Estado, por meio da Agência Executiva Metropolitana (Agem), e foi orçada em R\$ 265.954,65, porém os trabalhos foram paralisados em junho, segundo os moradores do Coroado, supostamente por atrasos nos repasses dos salários dos operários.

A Praça do Mururu está sendo construída em uma área de 951m². No projeto, consta academia de ginástica ao ar livre, áreas verdes, canteiros, novo calçamento para passeio público, estacionamento com área para veículos e motocicletas, além de bancos. De acordo com os moradores vizinhos à praça, a obra deveria ter sido entregue no dia 17 de junho. "Mesmo que não nos traga insegurança, pois há um vigilante no local, queríamos já estar usufruindo dos benefícios da praça", disseram Francisca Pereira e Ângela Maria Pinheiro, que trabalham em um salão de beleza, que fica em frente à Mururu. O comerciante Mário Costa lamentou que os cronogramas iniciais de obras no Maranhão não costumam ser cumpridos, e por isso tornou-se corriqueiro o fato de obras serem paralisadas. "É apenas uma praça! Será que é tão difícil assim iniciar e acabar a construção dentro das datas firmadas pelos



No canteiro de obras, foram vistos somente materiais de construção e equipamentos; nenhum operário estava presente durante a reportagem

órgãos competentes?!", questionou Mário, com o semblante de revolta e insatisfação.

ESGOTO

Além do atraso na conclusão dos serviços na Praça do Mururu, outro problema percebido pelo Jornal Pequeno, na manhã de ontem (3), foi a quantidade de água suja, proveniente de esgotos que estariam entupidos, acumulada na rua Cerro Cora, onde um rio de lama negra se formou no meio da via.

"Isto (se referindo ao esgoto ao céu aberto) é resultado de um

serviço mal feito da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema). Em 2018, uma equipe da Caema fez buracos na Cerro Cora, para a instalação ou troca de canos. Não recuperaram a via, e desde então o material das galerias invade a rua, deixando-a quase que intratável", disse a "dona de casa" Sônia Maria Andrade.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a Agência Executiva Metropolitana (Agem) esclareceu que a obra de construção da Praça do

Mururu parou, apenas, durante o período de fortes chuvas, o que corresponde a um período inferior a 30 dias. E que os trabalhos já foram retomados e a Agem está providenciando, em parceria com a Prefeitura, a resolução de um problema de esgotamento sanitário que afeta a celeridade da obra. A Agência comunicou que o cronograma de entrega não será afetado.

Sobre o problema na Rua Cerro Cora, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) informou que enviará equipe ao local para checar o problema.

GILSON FERREIRA

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O IMPARCIAL				
EDITORIA				
Geral				
DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	11	

SÃO BERNARDO

Mulher é presa com de 20 kg de maconha



ANGÉLICA FOI CAPTURADA JUNTAMENTE COM A MACONHA

A Polícia Civil do Maranhão apreendeu cerca de 20 kg de maconha, no bairro São Bernardo, em São Luís, capital maranhense.

Após recebimento de denúncias anônimas dando conta de que uma quitinete estaria sendo utilizada para armazenar uma grande quantidade de entorpecentes, a polícia se deslocou até a Rua São Benedito, bairro São Bernardo.

Ao entrarem no local e após autorização do proprietário das quitinetes, sentiram um forte odor da droga exalando de um dos quartos.

Foi realizada a abordagem. No local, na posse de Angélica Santos Silva, foram encontrados 19 tabletes de maconha, no interior de uma caixa de papelão, junto a duas balanças de precisão e outros apetrechos normalmente utilizados na prática de tráfico de drogas.

Após a lavratura do flagrante, Angélica foi conduzida ao presídio feminino, onde encontra-se à disposição da Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O ESTADO				
EDITORIA				
Polícia				
DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	10	

Em 24 horas, descarga elétrica faz duas vítimas no interior

Idoso de 64 anos morreu na cidade de Imperatriz; em Bela Vista, uma adolescente, ao tentar ligar uma extensão, foi atingida por choque elétrico

ISMAEL ARAÚJO
Da editoria de Polícia

Duas pessoas morreram vítimas de descarga elétrica, em um intervalo de 24 horas, no interior do estado. Uma das vítimas foi o idoso Benedito Silva do Nascimento, de 64 anos, no bairro Bacuri, na cidade de Imperatriz. Segundo a polícia, o caso ocorreu nas primeiras horas de ontem, 3, mas as circunstâncias do acidente ainda são desconhecidas. Os militares, que foram acionados por populares, isolaram a área até a chegada dos peritos do Instituto de Criminalística (Icrim).

O corpo do idoso foi removido para o Instituto Médico Legal (IML) nessa cidade para a autópsia e liberado no fim da manhã para os familiares. O resultado do exame será encaminhado para a Polícia Civil, que está investigando o caso. Ainda ontem, os familiares do idoso foram ouvidos pela polícia.

Fio desencapado

A outra vítima de descarga elétrica



Suene Maciel, vítima de descarga elétrica na cidade de Bela Vista

SABIA MAIS

No dia 4 do mês passado, Lillian Pinto de Carvalho sofreu uma descarga elétrica quando manuseava uma máquina de lavar em sua residência, no centro da cidade de Campestre do Maranhão. Ela chegou a ser atendida no hospital da cidade, mas morreu ao dar entrada na casa de saúde de Porto Franco.

foi a adolescente Suene Maciel, de 17 anos, que residia no povoado Arataíza, zona rural do município de Bela Vista. O caso ocorreu no fim da tarde do último dia 2.

De acordo com a família, a adolescente teria tentado ligar uma extensão na tomada, mas o fio estava desencapado. Ela acabou atingida pela descarga elétrica. Ainda foi levada para o Hospital Municipal de Santa Inês, mas chegou sem vida.

O corpo da vítima, após os exames periciais, foi liberado para os parentes, que a levaram para o povoado Arataíza, onde ocorreu o velório. Na manhã de ontem, a vítima foi sepultada no cemitério da localidade.

A morte da adolescente acabou movendo os moradores da localidade, principalmente as amigas da escola. Uma delas, Stefane de Lara Santos, disse que ainda não tinha se conformado com a perda da colega. Ela afirmou que Suene Maciel era uma pessoa amiga e divertida. "Ela era uma menina que não gostava de tristeza e onde andava espalhava alegria no local", lembrou Stefane Santos. ■

Parnarama: menor é apreendido por crime de homicídio

Vítima, também menor, foi assassinada no dia 6 do mês passado com tiros na cabeça e golpes de faca

Um adolescente foi apreendido ontem em Parnarama, acusado de ato análogo ao crime de homicídio. A polícia informou que a vítima foi um adolescente, de 16 anos, que quase foi esquartejado. O crime ocorreu no dia 6 do mês passado.

O menor apreendido foi apresentado na delegacia da cidade, prestou depoimento e levado para a unidade da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), no município de Timon.

Durante essa operação policial, foi preso Vitor Emanuel de Sousa por porte ilegal de arma de fogo. A polícia encontrou com ele a arma utilizada no crime pelo adolescente. A polícia informou que a vítima e o acusado tinham uma rixa antiga, mas o autor do crime simulou que tudo estava bem.

No dia do crime, o acusado convidou a vítima para realizarem um assalto na área central de Parnarama e, ao saírem para praticar o crime, aproveitou e atingiu-a com três tiros. Em seguida, desferiu nela vários golpes de faca. Um dos membros foi decepada, segundo a polícia. O corpo da vítima foi removido para o Instituto Médico Legal de Timon para a autópsia.

Mais ocorrência

Já em Pedreiras, na noite de terça-feira, 2, um adolescente foi apreendido no bairro Mutirão, acusado de ter desferido soco e pontapés em sua própria mãe. O menor foi apresentado por uma guarnição da Polícia Militar na delegacia regional de Pedreiras, onde foi autuado. ■

Mulher é presa por embriagar o filho

Fato ocorreu em Santa Inês; vítima, de 2 anos, teria ingerido bebida deixada pela mãe ao seu alcance

Duas mulheres já foram presas este ano, na cidade de Santa Inês, acusadas de terem dado bebida alcoólica a crianças. Ainda ontem, um menino de 2 anos estava internado no hospital do município por ter ingerido cachaca dada pela sua genitora, que não teve o seu nome revelado.

A conselheira tutelar de Santa Inês, Cláudia Rodrigues, informou que a mãe do menor disse que estava ingerindo bebida alcoólica em sua residência, no bairro Sol Nascente, na companhia de um amigo. Em determinado momento, ela saiu para comprar comida e teria deixado a criança sozinha, deixando a garrafa de bebida na calçada.

Ao voltar, a mulher encontrou o filho desacordado em cima da cama. Desesperada, chamou a polícia. Os militares, inicialmente, pensaram que a criança estivesse enfiada ou com intoxicação alimentar. Eles decidiram levar a criança para o hospital, onde ficou constatado que se tratava de consumo de bebida alcoólica.

Ainda segundo a conselheira tutelar, a criança, que continua internada, mas não corre risco de morte, após receber alta médica, vai ser entregue a uma tia, já que o pai dele está viajando. A mãe foi presa e conduzida para a delegacia da cidade e pode responder pelos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adoles-

cente (ECA) por negligência, abandono de incapaz e facilitação de bebida alcoólica a menor de idade.

Outro caso

Em fevereiro deste ano, no dia 14, Deuzenir América Rodrigues Isidoro, de 37 anos, foi presa por suspeita de ter embriagado um bebê de um ano e oito meses, na Vila Olímpica, em Santa Inês. De acordo com a polícia, a acusada, tia da vítima, foi denunciado para a polícia pela mãe da criança.

Na delegacia, a acusada negou a

Bebida estava ao alcance da criança

acusação e declarou que estava ingerindo cerveja em sua residência e as latas estavam sendo jogadas nas proximidades. A criança, brincando em companhia de outras, teria ingerido o líquido que restava em uma lata.

A mulher declarou, também, que ao perceber o que a criança estava fazendo, a levou para a casa dos pais e foi dormir em seguida. Ela somente acordou com a presença dos militares e os pais da criança em frente a sua residência, a acusando de ter dado bebida alcoólica ao bebê. ■

Juiz interroga irmãs acusadas de crime na cidade de Matinha

Tainar e Tainara dos Santos, acusadas pela morte de Kelly Daiana, participaram de uma audiência

As irmãs Tainar e Tainara dos Santos participaram na tarde de ontem da audiência de instrução no fórum da cidade de Matinha. Elas são acusadas do assassinato a golpes de faca da jovem Kelly Daiana Pereira Mouzinho, de 25 anos, fato ocorrido no dia 9 de abril deste ano, no centro de Matinha, a 222 km da capital maranhense.

A audiência foi presidida pelo juiz daquela cidade, Celso Serafim. No decorrer da sessão, o magistrado ouviu as duas acusadas e 14 testemunhas entre acusação e defesa. Após essa etapa, o magistrado abriu o prazo para o Ministério Público e a defesa para as alegações finais.

Na última terça-feira, 2, os advoga-

dos das acusadas chegaram a impedir, no fórum de Matinha, um pedido de adiamento da audiência, alegando que poderia haver manifestação na porta do fórum e com possibilidade de as suspeitas serem linchadas por populares insatisfeitos com a morte de Kelly Daiana. O pedido foi indeferido e a sessão, realizada sem incidentes.

O magistrado informou que determinou o aumento do reforço policial e comunicou a situação à Coordenadoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça. Além disso, o comandante do Batalhão da Polícia Militar de Viana, major Fábio, recebeu a missão de comandar o policiamento da audiência.



Tainar e Tainara dos Santos respondem pela morte de Kelly

O crime

A polícia informou que durante uma festa em um povoado de Matinha, Kelly Mouzinho teria discutido com as irmãs Tainar e Tainara dos Santos, vítima e acusadas tocaram ofensas por meio da rede social.

O clima esquentou e as irmãs, portando uma arma branca, foram até a residência de Kelly Mouzinho, no centro de Matinha, onde ocorreu o crime. A vítima levou seis golpes de faca. Ela ainda foi socorrida e levada pa-

ra o hospital, mas morreu antes de ser submetida a tratamento cirúrgico.

Tainar e Tainara dos Santos fugiram e foram presas no dia 4 de abril, no povoado Beço do Ribeira, em Rosário, em cumprimento de uma ordem judicial. Na semana passada, o Tribunal de Justiça atendeu ao pedido da defesa e concedeu a prisão domiciliar a Tainar dos Santos por ter um filho de 6 anos. Já Tainara dos Santos permanece em uma unidade prisional. ■



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
JORNAL PEQUENO				
EDITORIA				
Polícia				
DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	12	

Identificados em roubo têm mandados de prisão cumpridos

A Delegacia de Roubos e Furtos (DRF), com o apoio da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), deu cumprimento a mandado de prisão em desfavor de Victor Manuel de Oliveira Pereira, de 19 anos, e Markus Vinícius Soares do Nascimento, 28, na manhã dessa quarta-feira (3), em São Luís, como resultado de investigação de roubo a comércio. Ambos já estavam encarcerados no Complexo Penitenciário de Pedrinhas por

outro assalto. Segundo o delegado Thiago Dantas, titular da DRF, o roubo ao comércio ocorreu no dia 26 de maio deste ano, no bairro Calhau, capital maranhense. Lá, os bandidos levaram R\$ 10 mil e alguns objetos. Os clientes e funcionários do estabelecimento foram rendidos pelos criminosos, que estavam armados. Importante destacar que Victor e Markus estão presos por assaltos a residências.

(NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
JORNAL PEQUENO				
EDITORIA				
Polícia				
DATA	04 / 07 / 2019	PÁG.	12	

“Período junino foi marcado pela tranquilidade e segurança”, destaca comandante geral da PMMA

O São João do Maranhão ficou marcado para moradores e turistas que visitaram o estado, durante o período junino. Além da riqueza de cores e saberes, uma das marcas das festividades foi a segurança dos espaços que receberam os mais de 400 artistas e cerca de 1.300 apresentações. O comandante geral da Polícia Militar, coronel Ismael Fonseca, destacou o resultado positivo do planejamento realizado na área da segurança durante os 12 dias da programação oficial do São João do Maranhão.

“O período junino oficial foi marcado pela tranquilidade e segurança”, pontuou o coronel. Ele ressaltou a mobilização dos efetivos da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e também do Centro Tático Aéreo (CTA). As ações de segurança para cobertura dos festejos foram coordenadas pelas equipes dos Comandos de Policiamento Metropolitano de Área (CPAMs) I, II e III. Os policiais militares realizaram rondas a pé, em viaturas, motocicletas e também bicicletas, garantindo a segurança preventiva e orientando o público.

Com o planejamento e articulação das ações de segurança, a tranquilidade foi garantida para milhares de pessoas que prestigiaram a programação nos arraiais do Ipem, Praça Nauro Machado e Praça Maria Aragão. O policiamento também foi reforçado em diversos bairros da capital que receberam apoio para a realização das festividades juninas.

A distribuição de efetivo considerou as áreas mais estratégicas de cada arraial. Uma parte das equipes fez o monitoramento a pé e outra parte fez a guarda nas entradas e saídas dos espaços, além do policiamento nas proximidades dos palcos e áreas de estacionamento de veículos.



Policiamento foi reforçado nos locais de festa do São João do Maranhão

O efetivo empregado na festa também garantiu a segurança no festejo de São Pedro, no último dia 20, na Capela de São Pedro, no bairro Madre Deus; e no São Marçal, no último dia 30, no João Paulo.

O planejamento se repetiu nos arraiais dos bairros, apoiado pelo grupamento do CPAM de cada área. Além de eventos particulares, montados pela própria comunidade, que obtiveram autorização para funcionar e também contaram com o reforço do policiamento.

A Companhia de Polícia Militar Rodoviária Independente (CPRV Ind) atuou no cumprimento da Lei Seca com abordagem a pessoas, fiscalização de veículos e barreiras. O Corpo de Bombeiros somou ao efetivo com aparato de viaturas para combate a incêndios, busca e salvamento, além de atendimento pré-hospitalar. A segurança turística ficou por conta do Batalhão de Polícia Militar Turismo (BPTur), que coordenou o policiamento no arraial da Praça Nauro Machado.

GILSON TEIXEIRA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso			
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias			
() O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
() Política () Cidades / Vida		Outros	
() Geral (X) Polícia			
DATA	04/07/2019	PÁG.	12
		() Gerada () Espontânea	
		() Positiva () Negativa	

Mulher é presa com 20 kg de maconha em quitinete no São Bernardo

A Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc) apreendeu, durante a terça-feira (2), aproximadamente 20kg de maconha prensada no bairro São Bernardo, em São Luís. Os tablets foram encontrados em uma quitinete, na Rua São Benedito. Nessa operação, os policiais prenderam em flagrante Angélica Santos Silva, que estava no interior do imóvel. Segundo o superintendente da Senarc, Breno Galdino, a equipe seguiu se deslocou ao endereço após o recebimento de denúncias anônimas sobre a presença de um grande carregamento de maconha naquela quitinete. Já na entrada do imóvel, os policiais sentiram um forte cheiro característico da droga, que estava em um dos quartos, ao lado da cama, no interior de caixa de papelão, totalizando 19 barras. O delegado Jean Algarves, da Senarc, contou que a caixa estava aberta e de fácil acesso a uma criança e uma adolescente que lá moram. Além do entorpecente, também havia duas balanças de precisão e outros apetrechos utilizados, comumente, no embalo da maconha. Para armazenar e distribuir os tablets, Angélica respondeu que recebeu R\$ 2 mil pelo "serviço". (NELSON MELO)



Angélica Santos foi flagrada com uma grande quantidade de maconha

Realizada audiência de instrução das irmãs suspeitas de homicídio em Matinha

NELSON MELO

Foi realizada, nessa quarta-feira (3), a audiência de instrução e julgamento de Tainar dos Santos e Tainara dos Santos, irmãs suspeitas pela morte de Keltry Mouzinho, de 25 anos, crime ocorrido no dia 9 de abril deste em Matinha, na Baixada Maranhense. A sessão ocorreu no Fórum daquela cidade, sendo que começou por volta das 16h, sob forte esquema de segurança, pois havia risco de invasão por parte de populares. A defesa das irmãs entrou com um pedido, junto à Justiça, para que a audiência fosse adiada, sob a alegação de que poderia ocorrer uma manifestação popular em frente ao Fórum, com risco de invasão e linchamento de Tainar e Tainara pelo homicídio que cometeram e que causou revolta na cidade. O juiz Celson Serafim, no entanto, negou, assim como o Ministério Público.

O juiz alegou que determinou o necessário reforço policial para que a audiência ocorresse sem nenhum problema.

PRISÃO DOMICILIAR

A Justiça mandou soltar Tainar dos Santos na semana passada, em decisão do desembargador Josemar Lopes, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, para cumprimento de prisão domiciliar, pois a mulher possui uma filha de 6 anos. O juiz entendeu que realmente existiram os requisitos para a decretação da prisão preventiva das irmãs, mas uma Certidão de Nascimento anexada nos autos comprova que Tainar tem essa filha.

PRISÃO DAS IRMÃS

As irmãs foram presas no dia 29 de abril, pelo Grupo de Serviço Avançado (GSA) do 27º Batalhão de Polícia Militar (BPM), em Rosário, por volta das 10h. A unidade foi informada sobre a presença das duas mulheres

naquela cidade. Assim sendo, foram iniciadas diligências, durante alguns dias, no sentido de localizar as suspeitas, que estão com mandados de prisão preventiva decretados. Tainar e Tainara alternavam de endereço para dificultar o trabalho policial. Mas, "em uma investida certeira, a equipe conseguiu lograr êxito, capturando as duas acusadas no logradouro conhecido por 'Beco do Ribeira'", como enfatizou o major Pereira, comandante do 27º BPM. As foragidas foram levadas à Delegacia Regional de Rosário. Importante relembrar que elas já haviam se apresentado, acompanhadas de um advogado, mas, como não havia mandado de prisão e estavam fora do flagrante, foram liberadas.

O CASO

Keltry Mouzinho, que tinha 25 anos, levou facadas em uma das coxas, sendo que a perfuração teria atingido a artéria femoral. Segundo a polícia, a jovem foi morta na rua, sendo que, na semana passada, ela teria discutido com a mãe das duas autoras do homicídio em uma festa. As duas se provocaram, em seguida, nas redes sociais.



As irmãs teriam matado Keltry Mouzinho após discussão nas redes sociais

Adolescente é apreendido por matar desafeto ao simular pazes entre ambos

Um adolescente foi capturado nessa quarta-feira (3) pelo Grupo de Pronto Emprego da 18ª Delegacia Regional de Timon, por ato análogo ao crime de homicídio. O rapaz tinha uma desavença com outro jovem, que foi morto com disparos de arma de fogo e golpes de facão. A vítima era desafeto do autor, que simulou fazer as pazes entre ambos durante um assalto. A vítima havia apontado uma arma para o adolescente, que, passado um tempo, procurou o rapaz para que os dois esquecessem aquele conflito e praticassem, juntos, um roubo em Parnarama. O desafeto, assim que retirou o capacete no momento em que estava em uma motocicleta para o assalto, foi baleado na cabeça pelo

garupa, que ainda utilizou um facão.

Com o facão, quase espartilhou a vítima, de acordo com a Polícia Civil. O adolescente atacado ficou todo cortado, em várias partes do corpo, sendo que o queixo ficou mutilado, com os dentes expostos.

PRISÃO NA OPERAÇÃO

Também em Timon, como resultado da mesma operação, o GPE-18 cumpriu mandado de busca domiciliar para recuperar a arma de fogo utilizada no crime. O revólver calibre 32, contendo seis munições, foi encontrada na casa de Vítor Emanuel de Sousa Benvindo, o "Viúno". (NM)

FOTOS: DIVULGAÇÃO